



**CÂMARA MUNICIPAL  
DE CAMPO LARGO**

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**

**Matéria:** Projeto de Lei do Executivo nº 01/2025.

**Data:** 20 de fevereiro de 2025.

**Autoria:** Poder Executivo.

**Súmula:** “ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2087, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, CONFORME ESPECIFICA.”

**1. RELATÓRIO**

Cuida-se da análise de Projeto de Lei do Executivo nº 01/2025, cuja súmula “**altera a Lei Municipal nº 2087, de 18 de dezembro de 2008 – Código Tributário do Município de Campo Largo**”.

Na forma tratada, o projeto busca a alteração do art. 11 e do art. 98 do Código Tributário Municipal a fim de desonerar o contribuinte, buscando desburocratizar a abertura e licenciamento das empresas no âmbito municipal. Busca, em suma, a alteração da regra que atualmente permite a cobrança de taxa adicional de fiscalização do poder de polícia e vigilância sempre que uma empresa altere suas características.

Justifica o Projeto na medida em que a atual forma de cobrança traz impactos negativos ao desenvolvimento das empresas e na economia local, buscando que, com a fixação de nova taxa em valor mínimo, não haja cobrança de taxa em dobro ou valores elevados na sua aplicação.

Sendo assim, o Projeto de Lei encontra-se nestas Comissões, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade (Comissão de Redação e Justiça), bem como sobre as atribuições atinentes à Comissão de Finanças e Orçamento.



É o sucinto relatório.

## 2. DO PARECER

A matéria é de competência destas comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Sob o aspecto de juridicidade, a proposição reúne os requisitos de regularidade formal, com **a iniciativa de proposições em matéria de ordem orçamentária ao Prefeito Municipal**, conforme o Art. 67 da Lei Orgânica.

Art. 67 – compete privativamente ao Prefeito Municipal, a iniciativa de leis que disponham sobre:

(...)

IV sobre matéria financeira, orçamentária e tributária;

Quanto aos requisitos constitucionais, a proposição atende ainda aos comandos constitucionais contidos no inc. IV do caput do art. 1º, o parágrafo único do art. 170 e o caput do art. 174 da Constituição da República.

Atende, ainda, ao comando contido na Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019). A instituição da taxa na forma proposta busca, ao fim, substituir a forma de cobrança atual que, conforme justificativa do Prefeito Municipal, acaba por trazer óbices ao desenvolvimento local.

Sob o ponto de vista legal e orçamentário, portanto, a matéria é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo – o que restou observado no caso – e, ainda, confere eficácia ao comando trazido no art. 157 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 157 - A Administração Pública Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover desenvolvimento do Município, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as



vocações, as peculiaridades e cultura locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído

Atendido aos aspectos materiais, destaca-se, ademais, que a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107/2001.

Feitas estas considerações, tem-se que o projeto se encontra juridicamente apto para tramitação nesta Casa de Leis.

### 3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, o **Projeto de Lei do Executivo 01/2025** reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa, autorizando-se sua tramitação nesta Casa de Leis, apresentando-se **PARECER FAVORÁVEL**.






## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

### **RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO** **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

As Comissões competentes em reunião realizada no dia 26 de fevereiro de 2025, opinaram pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei do Executivo nº 01/2025.

#### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

  
**ANDRÉ GABARDO**  
Presidente

  
**VICTOR BINI**  
Relator

  
**POLACO PRETO**  
Membro

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

  
**POLACO PRETO**  
Presidente

  
**SARGENTO LEANDRO CHRESTANI**  
Relator

  
**GENÉSIO DA VITAL**  
Membro



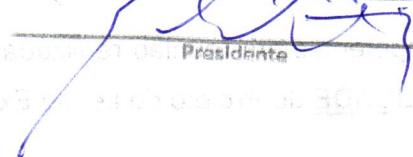
RESULTADO DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025

COMISSÃO DE FINANÇAS E ECONOMIA

**APROVADO**  
Em 1ª discussão.

Sala das Sessões, 06 de 03 de 2025

  
Presidente

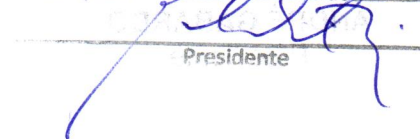
A Comissão de Finanças e Economia, no uso de suas atribuições legais, aprova o projeto de lei nº 123 de 2025.

Deputado Presidente da Comissão de Finanças e Economia: [Nome]

COMISSÃO DE FINANÇAS E ECONOMIA

**APROVADO**  
Em 2ª discussão.

Sala das Sessões, 10 de 03 de 2025

  
Presidente

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025

COMISSÃO DE FINANÇAS E ECONOMIA

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025

PROPOSTA DE LEI Nº 123 DE 2025